

# *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso.*

Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.)  
São Paulo, Editora Xamã, 2005, 312p.

VIRGÍNIA FONTES\*

Este livro é leitura obrigatória para os que pretendem compreender a história brasileira recente. Uma pesquisa rigorosa e séria desvenda as estratégias burguesas atuais e as maneiras pelas quais se procura “açucarar” e diluir a dominação de classes no Brasil contemporâneo. É, portanto, leitura obrigatória também para todos os que têm compromisso com uma verdadeira transformação histórica.

Para além da extraordinária relevância intelectual e social do tema, este trabalho pode – e deve – exercer um

papel exemplar no interior da universidade brasileira. Este livro prova que é possível lutar contra tendências dominantes na academia, arduamente defendidas por alguns e acatadas como inescapáveis por muitos: a concorrência, a fogueira de vaidades e de egos, a produtividade cega que se limita a replicar nos trabalhos dos orientandos a mesma tese inúmeras vezes expressa por orientadores que precisam manter níveis quantitativos de produtividade de *papers*... O Coletivo de Estudos sobre Política Educacional, coordenado por

---

\* Professor de História da Universidade Federal Fluminense

Lúcia Neves, demonstra ser possível pesquisar conjuntamente, problematizar as questões, redigir e construir um trabalho unitário e cujo fio central, tendo sido exaustivamente discutido e debatido, constitui um todo cujo sentido se encontra exatamente na pesquisa comum. As singularidades não desaparecem no coletivo; ao contrário, ganham seu maior relevo e significado ao se defrontarem com um problema comum. Ganha a Universidade o exemplo e ganhamos nós, leitores, pois a leitura prova o quanto é enriquecedora cada contribuição singular e o quanto é feliz o fato de que essas singularidades se somem para um trabalho coletivo.

O livro tem caráter e coragem de assumi-lo. Parte de uma concepção crítica do processo histórico, de base marxista, calcado em uma abordagem gramsciana refinada. Delineia precisamente os conceitos, estabelecendo muito claramente o problema que se propõe a investigar e, em seguida, aceita a exigência de explicar as condições da vida social atual em toda a sua complexidade. Os conceitos aqui não assumirão a forma de ‘jogos de palavras’ ou meros enfeites nem, em sentido inverso, serão cristalizados em entidades fixas, pairando em um céu teórico abstrato. Evidenciam-se como um efetivo patamar de pensamento, alavancando a compreensão dos fenômenos contemporâneos, retirando-os do palavreado corrente que os fantasia e revelando a extensão da dominação burguesa no Brasil atual, acoplada a uma forma peculiar de am-

pliação do Estado (no sentido gramsciano).

Até aqui, mencionei apenas a “cozinha” da preparação do livro, as condições nas quais ele se construiu. Agora, a o nervo central – ele aborda uma das questões mais cruciais de nosso tempo. Não se limita a contemplar e a constatar uma crise, mas averigua um dos pontos chave das relações de classe no Brasil atual: a produção do convencimento burguês, através de intensa atividade desenvolvida com vistas à acomodação das consciências. De vez que os setores dominantes não consideram possível – e, sobretudo, não desejável – alterar o quadro real das desigualdades, trata-se de incorporar as desigualdades como... cultura. Ao investigar cuidadosamente diversas modalidades de organizações sociais – os aparelhos privados de hegemonia - em sua imbricação com o Estado, o livro demonstra como se vem construindo um novo enquadramento das camadas subalternas. Seus autores esquadriham como ocorre a disseminação de uma maneira agitada mas acrítica de pensar o mundo, de sentir-se no mundo. Apresentam o processo de construção disso que, nos últimos 15 anos, vem alterando o que se convencionou chamar de neoliberalismo e que se gesta também pela elaboração de um enorme aparato cultural – e pedagógico - para sua implantação e difusão. Este livro mostra como a dominação de classes, para ser econômica, precisa também ser cultural, forjar corações e mentes “adequados”. Acoplada às formas repres-

sivas (que persistem se mesmo se aprofundam), essa “nova” hegemonia procura apassivar a democracia, reduzi-la a um voluntariado frouxo e desprovido de sentido mais geral, uma retórica democrática cujo fundamento se torna mais e mais emasculado e filantropizado.

As teses tratadas no livro são fortes e vêm sendo ignoradas por boa parte da literatura produzida sobre a reestruturação produtiva. O neoliberalismo implantou-se por etapas e, ao encontrar uma esquerda disposta a ele se adequar, vem se convertendo em um programa pedagógico de massas, pelo viés da chamada *Terceira Via*, que o teoriza e promove de forma veemente e generalizada uma *americanização* do processo político e dos procedimentos sociais brasileiros. Os aparelhos privados de contra-hegemonia, a longas penas construídos pelos trabalhadores, são “refuncionalizados”, convertendo-se em locais de reprodução desse consenso dominante peculiar. Redefine-se o padrão de politização anterior, e, agora, o estímulo à participação social deverá cumprir o papel inverso, o de reduzir o nível de consciência social. Há a promoção ativa de um *certo tipo* de participação popular, limitando-o porém aos níveis mais primários de consciência. Neste caso, a cultura volta-se para atividades catárticas, as associações estimulam soluções individuais, os aparelhos privados de hegemonia difundem uma pedagogia voltada para limitar a consciência ao terreno do imediato, do corporativo em seu sentido mais restri-

to, localizado, pontual, segmentado. A cultura burguesa organiza-se para apagar a reflexão sobre a totalidade social.

O livro *A nova pedagogia da hegemonia* apresenta as bases sociais do recuo da grande política, aquela na qual se opõem grandes projetos de sociedade (devendo confrontar-se pois a uma contra-hegemonia ativa), limitada agora à pequena política, a das futricas e da desqualificação do conjunto da expressão política. Esse recuo foi fortemente impulsionado pela transformação paulatina do PT em força similar ao PSDB, ambos atraídos por um forte empresariamento da sociedade civil e que, na atualidade, procura apresentar-se como se desvinculada fosse do mercado e do Estado, sob a etiqueta de “Terceiro Setor”. Partindo da reflexão gramsciana sobre o Estado ampliado, os autores identificam as duas características de classe desse novo associativismo empresarial – sua estreita vinculação ao Estado (pelos financiamentos e pela atuação) e sua ênfase na construção de grupos de interesses desvinculados das relações de trabalho e de subsistência. No sentido oposto ao do nascimento dos chamados “novos movimentos sociais”, que lutavam pela autonomia de classe, gestou-se uma nova institucionalidade que, desde o final da II Guerra Mundial, procura desqualificar as lutas relacionadas ao mundo do trabalho.

Se a hegemonia nasce da fábrica, trata-se de mostrar como “o trabalhador contemporâneo vai, paulatinamente, abdicando de sua função militante e

transmutando-se em voluntário, (...) transfigurando-se em cidadão colaborador que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa dos seus direitos e das condições de trabalho.” (p.90). É este processo duplo de esfacelamento das organizações classistas e de sua rápida substituição por aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial o tema central do livro que, sempre seguindo à risca a reflexão gramsciana, identifica consistentemente o papel do Estado nessa nova configuração. Reestruturado segundo o novo padrão produtivo (financeirizado e internacionalizado), o Estado agora promove - com o apoio massivo da mídia, das associações empresariais e do próprio processo escolar - uma nova cultura cívica, eliminando ativamente as conquistas universalizantes e produzindo uma “cidadania” fragmentada e impotente.

Não há aqui nenhuma especulação - os dados sobre os quais se apóia a pesquisa são impressionantes. Os autores se debruçaram sobre diversos temas, todos fartamente documentados. Mas dados não falam por si, precisam ser interrogados de maneira consistente. Assim, os autores, em um primeiro momento, expõem com rigor os pressupostos que norteiam o trabalho e analisam o procedimento de formatação e de teorização dessa nova hegemonia de *Terceira Via*, assinalando o papel central cumprido por A. Giddens, respaldado no Brasil por uma série de discípulos (confessos ou não), dentre os quais Bresser Pereira, cujo papel de adaptador

dessa nova forma de controle social através de reformas implementadas no Estado brasileiro é analisado em capítulo subsequente, assim como as demais transformações mais recentemente em curso na legislação brasileira. Evidencia-se a conexão entre os aparelhos privados de hegemonia e o Estado.

Pensar a hegemonia na atualidade do imperialismo financeirizado exige ser capaz de compreendê-la à luz do quadro internacional, identificando-se os agentes e agências que vêm atuando como elaboradores e divulgadores de práticas sociais concretas, como o FMI e o Banco Mundial, o que é realizado a partir da prática político-pedagógica disseminada (e apoiada financeiramente) pelos organismos internacionais.

Em seguida, dedicam-se especificamente ao caso brasileiro, apresentando a verdadeira teia de associações empresariais e seu efeito multiplicador através de cursos, ações diretas e indiretas na educação escolar e na capacitação de professores, para não falar do efetivo domínio das instituições privadas no ensino superior brasileiro. Mas, sobretudo, mostram como essa aparente expansão social imbrica-se estreitamente ao Estado, reformatado para adequar-se ao novo padrão e, dessa forma, estimulá-lo e incentivá-lo.

Finalmente, apresentam algumas análises de experiências concretas – estudos de caso – onde se evidencia a dimensão exata da atuação dessa “educação para o consenso burguês”. A reformulação dos parâmetros curriculares nacionais

188 • A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA. ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA EDUCAR O CONSENSO

constitui um dos momentos desse novo padrão de sociabilidade “domesticada” que se intenta criar, através de uma escola difusora de uma “cidadania” esvaziada de sentido crítico. Grandes empresas passam a “adotar” escolas, no que chamam de atuação “cidadã” ou “responsabilidade social”, forjando alunos à sua imagem e modelando-os no contexto de uma privatização que passa a se enraizar no cotidiano. A Igreja Católica, por seu turno, contribuiu de forma não homogênea mas significativa para essa nova hegemonia do capital, por um duplo viés: pela defesa precoce de sustentação pública para entidades privadas (e confessionais) e pelo cunho filantropizante que imprime à sua atuação social. Forneceria, para o conjunto das entidades pró-empresariais, uma formatação que lhes seria extremamente útil: atuação privada mas com um novo “selo” público, produzindo uma “justificativa” para o uso de recursos públicos para a própria privatização, que destroça as conquistas de cunho universal. No último estudo de caso, mostram como essa imbricação entre as entidades privadas (e de cunho empresarial) e os setores públicos (o Estado) se torna a cada dia mais complexa, procurando imiscuir-se ali onde emergem – ou podem emergir – formas associativas contra-hegemônicas, como nas favelas.

Este livro é um alerta para os pesquisadores, que há algum tempo vêm se limitando a reproduzir as técnicas de pesquisa de última moda, exportadas por universidades dos países centrais e

que procuram nos confortar nessa modernidade frouxa da hegemonia empresarial de terceira via. Hegemonia que expressa o viés filantropizante típico de um período no qual o imperialismo se expande como financeirização generalizada mas que não está apenas do “lado de fora”, num suposto mundo do exterior. Enraíza-se aqui e procura forjar corações e mentes, destroçando as conquistas sociais e simultaneamente educando a obediência. Inconveniente e incômodo, ele produz conhecimento e não se limita a repeti-lo. Obriga-nos a olhar para o nosso mundo tal como ele é.